



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA KUABA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)  
ORIENTADOR: PROF. DR ALEXANDRE FLEMING CÂMARA VALE

CAMILA DO NASCIMENTO MATOS  
CARLOS ÁTILA PAULINO DA SILVA  
TIAGO CRUZ DO NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TAPEBA**  
Contexto e História de uma Educação Diferenciada

**CAUCAIA – CE**  
**2023**

CAMILA DO NASCIMENTO MATOS  
CARLOS ÁTILA PAULINO DA SILVA  
TIAGO CRUZ DO NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TAPEBA**  
Contexto e História de uma Educação Diferenciada

**CAUCAIA – CE**  
**2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S579e Silva, Carlos Átila Paulino da.  
Educação Escolar Indígena Tapeba : Contexto e História de uma Educação Diferenciada  
/ Carlos Átila Paulino da Silva. – 2023.  
42 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro  
de Humanidades, Licenciatura Intercultural Indígena Kuaba, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Prof. Dr. Alexandre Fleming Câmara Vale.

1. Educação Escolar Indígena Tapeba. I. Título.

CDD 305.898098131

---

CAMILA DO NASCIMENTO MATOS  
CARLOS ÁTILA PAULINO DA SILVA  
TIAGO CRUZ DO NASCIMENTO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TAPEBA:**  
contexto e história de uma educação diferenciada

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Departamento de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em Licenciatura Intercultural Indígena Kuaba.

Fortaleza, 19 de Dezembro de 2023.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr Alexandre Fleming Câmara Vale  
Orientador – UFC

---

Prof. Dr Carlos Kleber Saraiva de Sousa  
Sociologia – UFC

---

Prof. José Cleber da Silva Nogueira  
PPGA – UFC/UNILAB

## DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho de conclusão de curso, primeiramente a Deus, pois sem Ele não alcançaríamos o objetivo esperado. Segundo a nossa família que em todo momento nos apoiou. E por fim a todos os Professores que, deram o seu melhor na construção do ensino e aprendizagem.

## AGRADECIMENTO

Neste momento de conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso, queremos expressar nossa profunda gratidão a todas as pessoas e instituições que tornaram esta jornada acadêmica possível.

Primeiramente, agradeço a Deus, pois sem Ele nada disso seria possível. Aos nossos pais, nosso eterno agradecimento pelo apoio inabalável, amor e encorajamento ao longo de toda a nossa trajetória acadêmica. Sem o apoio de vocês, esta realização não teria sido possível.

Aos nossos amigos e colegas de classe, que compartilharam conosco as alegrias e desafios da vida acadêmica, agradecemos a amizade, colaboração e motivação constante. Cada momento compartilhado foi inestimável: as viagens cansativas, as trocas de experiências, a recepção nas Aldeias onde conhecíamos a realidade de cada Povo enfim todos estes momentos foram algo ímpar em nossas vidas, inesquecíveis.

Agradecemos, também, à Universidade Federal do Ceará pelo compromisso e apoio contínuo em nossa jornada acadêmica. por fornecerem os recursos e o ambiente propício para o processo de ensino e aprendizagem. A todos os Professores que nos ajudaram nessa jornada, o nosso muito obrigado.

Queremos agradecer a duas pessoas especiais pra nós alunos Kuaba. Primeiro a Professora Denise que não alcançou ver essa turma formada, aprouve Deus chamá-la pra junto de si, porém nos deixou um grande legado na Educação Indígena. Mulher guerreira, de luta, que não se curvou para as adversidades da vida, lutou até o fim e a sua contribuição neste curso jamais será esquecida.

A segunda pessoa que foi, é, e sempre será uma peça importante na construção de uma Educação de qualidade pra nós Professores Indígenas do Estado do Cará é o Professor Kléber Saraiva. Foi ele que acreditou no projeto de uma Licenciatura Intercultural, quando todas as portas se fechavam pra nós, ele escancarou as portas da UFC e nos ajudou a alcançar o sonho tão desejado por nós. A conclusão chegou e nosso agradecimento, mais que especial, vai pra você, Kléber Saraiva. Muito obrigado por tudo.

Por fim, queremos expressar nossa gratidão a todos os participantes da pesquisa que generosamente dedicaram seu tempo e compartilharam suas experiências, tornando este trabalho possível. Nosso muito obrigado a todos!

## RESUMO

A Educação Escolar Indígena Tapeba é um exemplo da busca por uma educação diferenciada que atenda às necessidades específicas da comunidade Tapeba, uma etnia indígena que habita a região do Ceará, no nordeste do Brasil. A história dessa educação reflete o contexto e as lutas dessa comunidade por um ensino que respeite sua língua, cultura e identidade.

A história da educação indígena do povo Tapeba está profundamente ligada à colonização europeia no Brasil, que trouxe impactos significativos para a cultura e a língua dos povos indígenas. Ao longo dos séculos, os Tapeba, como muitos outros grupos indígenas, enfrentaram pressões assimilacionistas que buscavam erradicar suas tradições culturais e línguas.

Nas últimas décadas, os Tapeba e outras comunidades indígenas no Brasil têm lutado para preservar e revitalizar sua cultura e língua. A educação escolar desempenha um papel fundamental nesse processo, pois é vista como uma ferramenta para fortalecer a identidade e a autonomia da comunidade. A Educação Escolar Indígena Tapeba enfatiza um currículo culturalmente relevante, que inclui a língua e a cultura Tapeba. Isso ajuda os estudantes a se reconectarem com suas raízes e a aprenderem a valorizar sua herança cultural.

Apesar dos avanços na educação indígena, os Tapeba enfrentam desafios contemporâneos, como o acesso limitado a recursos educacionais de qualidade, falta de infraestrutura adequada e o impacto de questões socioeconômicas em sua educação. O Brasil tem legislação específica que reconhece os direitos das comunidades indígenas à educação diferenciada. Isso inclui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Constituição de 1988.

Em resumo, a Educação Escolar Indígena Tapeba é um exemplo de esforços para preservar a identidade cultural e linguística de uma comunidade indígena no contexto da educação. Ela representa a luta contínua pela valorização da cultura e tradições indígenas, respeitando o direito das comunidades indígenas de receber uma educação que atenda às suas necessidades específicas.

## ABSTRACT

Tapeba Indigenous School Education is an example of the search for a differentiated education that meets the specific needs of the Tape-ba community, an indigenous ethnic group that lives in the Ceará region, in northeastern Brazil. The history of this education reflects the context and struggles of this community for teaching that respects its language, culture and identity.

The history of indigenous education of the Tapeba people is deeply linked to European colonization in Brazil, which had significant impacts on the culture and language of indigenous peoples. Over the centuries, the Tapeba, like many other indigenous groups, faced assimilationist pressures that sought to eradicate their cultural traditions and languages.

In recent decades, the Tapeba and other indigenous communities in Brazil have fought to preserve and revitalize their culture and language. School education plays a fundamental role in this process, as it is seen as a tool to strengthen the identity and autonomy of the community. Tapeba Indigenous School Education emphasizes a culturally relevant curriculum that includes the Tapeba language and culture. This helps students reconnect with their roots and learn to value their cultural heritage.

Despite advances in indigenous education, the Tapeba face contemporary challenges, such as limited access to quality educational resources, lack of adequate infrastructure, and the impact of socioeconomic issues on their education. Brazil has specific legislation that recognizes the rights of indigenous communities to differentiated education. This includes the National Education Guidelines and Bases Law and the 1988 Constitution.

In summary, Tapeba Indigenous School Education is an example of efforts to preserve the cultural and linguistic identity of an indigenous community in the context of education. It represents the ongoing struggle for the appreciation of indigenous culture and traditions, respecting the right of indigenous communities to receive an education that meets their specific needs.

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. DESENVOLVIMENTO</b> .....	13
2.1. Contextualização da Educação Escolar Indígena Tapeba .....	14
2.1.1. História e Identidade Tapeba .....	15
2.1.2. Políticas de Reconhecimento Indígena .....	16
2.1.3. Território e Meio Ambiente do Povo Tapeba .....	17
2.1.4. Situação Educacional Passada .....	20
2.1.5. Legislação Indigenista Brasileira .....	21
2.2. Educação Escolar Indígena .....	23
2.2.1. História da Educação Indígena no Brasil .....	24
2.2.2. Características da Educação Escolar Indígena .....	25
2.3. Educação Escolar Indígena Tapeba .....	27
2.3.1. Situação da Educação Escolar Indígena Tapeba .....	28
2.3.2. Desafios e Avanços da Educação Escolar Tapeba .....	29
2.4. O início de uma Educação Específica e Diferenciada do Povo Tapeba .....	30
2.4.1. Projeto Piloto: Escola Índios Tapeba .....	31
<b>3. CONCLUSÃO</b> .....	33
<b>4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	34
<b>5. ANEXOS</b> .....	37

## 1. INTRODUÇÃO

Existem diversas concepções do que é educação, as quais se perpetuam ao longo da história. Podemos percebê-la nas diferentes ciências, como a pedagogia, a sociologia, a política, e muitas outras. Apesar das suas diferentes percepções, é inegável a necessidade da garantia que todos, sem distinção, acessem plenamente a educação, tal como direito.

A Constituição Federal de 1988 no Capítulo III, artigo 205, estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além da Constituição Federal, existem ainda duas leis que regulamentam e complementam a do direito à Educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Juntos, esses três mecanismos possibilitam o acesso fundamental de todos os cidadãos brasileiros à escola pública, permitindo que nenhuma criança, jovem ou adulto deixe de iniciar ou completar os seus estudos por falta de vaga.

A respeito da LDB de 1996, devemos destacar a sua importância para a organização de todo o sistema educacional brasileiro, pois essa legislação disciplina os diferentes níveis de ensino, os profissionais que atuam nessa área, os recursos financeiros que devem ser destinados, entre outros assuntos, e, seu principal objetivo é assegurar o direito social à educação a todos os estudantes brasileiros.

Como observamos acima, tanto a Constituição Federal como a LDB garantem a educação para todos, sem distinção de raça ou cor. E a Educação Escolar Indígena, o que diz a Lei? Primeiro, vamos entender o que é essa modalidade de ensino.

A Educação Escolar indígena é uma modalidade da educação básica que garante aos indígenas, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias históricas, reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências, bem como o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

No âmbito Nacional, a Educação Escolar Indígena é assegurada:

- Na Constituição Federal Brasileira de 1988, ela afirma que:

A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. (CF 1988, Art. 79º)

- Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que assegura às comunidades indígenas o direito à educação diferenciada, específica e bilíngue, vai dizer que:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingue e intercultural aos povos indígenas. (LDB, Lei 9.394/96, Art. 78º)

- Na RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999 - Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.
- Na LEI nº 11.645, de 10 de março de 2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.
- No DECRETO nº 6.861, de 27 de maio de 2009 - Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.
- Na RESOLUÇÃO nº 5, de 22 de junho de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.
- Na RESOLUÇÃO nº 1, de 7 de janeiro de 2015 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio

Outro documento importante é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004, ela “possui a definição de quem são os povos indígenas e tribais mencionados no documento, além de afirmar a obrigação dos governos em

reconhecer e proteger os valores e práticas sociais, culturais religiosos e espirituais próprias desses povos”.

Ainda temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007.

No âmbito Estadual, a Educação Escolar Indígena é assegurada:

- RESOLUÇÃO nº 382/2003 - Dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CEE nº 447/2013 - Altera dispositivos da Resolução CEC nº 382/2003, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências.
- DECRETO nº 31.057, de 22 de novembro de 2012 - Redenomina as Escolas Indígenas constantes da Estrutura Organizacional da Secretaria da Educação do Estado do Ceará e dá outras providências

No Ceará, o processo de constituição das escolas indígenas começou no início da década de 1990, com a luta das diferentes etnias indígenas. O primeiro espaço para o ensino específico de crianças indígenas surgiu em Caucaia com a criação da Escola dos Índios Tapeba.

Esse espaço surgiu devido ao preconceito que o povo Tapeba sofria na época. Por conta de toda discriminação foi criada uma Escola específica e Diferenciada do Povo Tapeba, no intuito de que as crianças pudessem ter uma educação diferenciada e combater o preconceito Étnico-racial. Nesse processo teve um grande empenho de Dona Raimundinha, um dos “troncos velhos”, liderança da Comunidade Lagoa dos Tapeba, que através de seu relato nos dar uma aula sobre a luta Indígena e a Educação Escolar Indígena Tapeba:

*Sempre a força do nosso movimento indígena saiu a força das escolas indígenas, foi aí que começou a nossa força. Porque as nossas escolas elas começaram debaixo de um pé de pau, daí todo mundo se juntava para fazer uma coisa, se juntava lideranças, pais, comunidade era um movimento só, saindo de dentro das escolas.*

*Porque eu como uma das lideranças sempre tive muita vontade dessas escolas chegar porque não é só uma escola são todas as escolas, porque o nosso movimento indígena, quando vai buscar uma coisa não é só para uma comunidade e para todas as comunidades.*

*É de dentro das nossas escolas onde sai os nossos melhores líderes de amanhã, é por isso que um dia numa reunião eu disse todo mundo faça faculdade,*

*cresçam como professores porque as nossas crianças não são pra sair mais daqui de dentro das nossas comunidades pra estudar lá fora não. E eu tenho muita fé em Deus que um dia a faculdade vem pra dentro das nossas escolas.*

*Tudo que nós vamos fazer começa pelas escolas sempre os professores estão ali, então como que eu não hei de reconhecer que a nossa força vem das escolas vocês ensinam o A e o B, mas vocês também ensinam o respeito pela terra, pela natureza, como é que planta, como é que colhe, porque a aula das nossas crianças é ao vivo e a cores. E dentro dos roçados vendo como as pessoas soam pra tirar a comida pra comer.*

*Minha filha eu lembro-me de muitas loucuras que eu fiz trazendo da Caucaia na minha cabeça caixa grande e pesada de tilografo de pé, que naquela época, não se tinha o dinheiro da passagem do ônibus, pra fazer caderninhos costurados na máquina e partia os lápis no meio porque naquela época não era como hoje que os pais ganham pra comprar os cadernos dos seus filhos”. (Dona Raimundinha Tapeba)*

Depois dela, outras Escolas Indígenas Tapeba surgiram com o mesmo objetivo: combater o preconceito e lutar por uma Educação Diferenciada. Sua afirmação e aceitação são de extrema importância para a preservação da identidade e cultura desse grupo indígena, bem como para a promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Além do mais, são passos essenciais na construção de uma sociedade brasileira mais inclusiva e respeitosa. A valorização da educação indígena é um reconhecimento da riqueza da diversidade cultural do Brasil.

É importante ressaltar que este trabalho foi elaborado por nós Indígenas: Camila, Átila e Tiago, pertencentes a Etnia Tapeba. Nosso pertencimento étnico é uma parte integral de quem somos, uma conexão profunda com nossas raízes, tradições e identidade cultural. Pertencemos a uma linhagem que se estende por gerações, carregando consigo a riqueza de uma herança ancestral. Nossas relações pessoais e experiências de vida estão entrelaçadas com a escola indígena, sendo um espaço onde não apenas buscamos conhecimento acadêmico, mas também onde cultivamos e fortalecemos nossa identidade cultural. A escola indígena representa para nós um ambiente enriquecedor, onde a aprendizagem não é apenas sobre conceitos acadêmicos, mas também sobre a preservação de línguas, tradições e modos de vida específicos de nossa comunidade.

Ao escrever sobre a escola indígena, reconhecemos a importância epistemológica de um texto produzido por membros da população indígena. Acreditamos que a autenticidade na transmissão do conhecimento é fundamental para preservar e fortalecer nossa identidade cultural. Nosso texto busca refletir não apenas informações objetivas, mas também a essência subjetiva de nossa experiência na

escola indígena, destacando as nuances, os desafios e os triunfos que moldam nossa jornada educacional.

Para a população indígena, um texto escrito por pessoas indígenas representa mais do que simples palavras em uma página; é uma voz que ecoa a diversidade, resiliência e singularidade de nossas histórias. Esperamos que este trabalho contribua para um entendimento mais profundo de nossa comunidade e promova o respeito à nossa perspectiva única no contexto educacional e cultural, pois conheceremos todo o contexto da Educação Escolar Indígena do Povo Tapeba até a criação de uma Escola Diferenciada que atenderia toda diversidade Cultural desse povo.

## 2. DESENVOLVIMENTO

No decorrer deste TCC, vamos conhecer um pouco da luta indígena do povo Tapeba para conquistar uma educação específica e diferenciada, mas para isso, vamos contextualizar todo o processo. Ao mergulharmos nas nuances históricas e culturais que moldam a identidade do povo Tapeba, será possível compreender as raízes profundas dessa batalha. Vamos explorar as dificuldades enfrentadas, desde a falta de reconhecimento até os obstáculos práticos, destacando como esses elementos impactam a busca por uma educação que respeite e promova a singularidade dessa comunidade.

Ao contextualizar esse processo, esperamos não apenas informar, mas também sensibilizar, instigando reflexões sobre a necessidade urgente de políticas educacionais mais inclusivas e culturalmente sensíveis para as comunidades indígenas, uma batalha que transcende salas de aula e se desenrola nos corações da comunidade. Ao adentrar os meandros dessa jornada, será possível desvelar as camadas intrincadas de desafios que permeiam a busca por uma educação que respeite e valorize as tradições culturais desse povo ancestral.

Exploraremos as raízes históricas que moldaram a identidade do povo Tapeba, compreendendo como a educação se tornou um ponto focal na preservação dessa rica herança. Testemunharemos a resiliência dessas comunidades diante de adversidades, destacando histórias de superação que ecoam para além das fronteiras geográficas.

Analisaremos a interseção entre educação e resistência, reconhecendo a importância não apenas do acesso a recursos pedagógicos adequados, mas também da valorização das línguas e práticas educacionais específicas dessas comunidades. Este estudo promete não apenas documentar a luta do povo Tapeba, mas também lançar luz sobre como essa busca por uma educação diferenciada pode catalisar mudanças sociais significativas, inspirando não apenas as comunidades indígenas, mas a sociedade como um todo, a repensar a forma como abordamos a diversidade cultural em nossos sistemas educacionais.

## 2.1. Contextualização da Educação Escolar Indígena Tapeba

A contextualização da educação escolar indígena Tapeba envolve a compreensão do contexto histórico, cultural e social desse grupo étnico indígena no Brasil.

Compreender essa contextualização da educação escolar entre os Tapeba é essencial para compreender a importância e os desafios enfrentados por essa comunidade na busca por uma educação que respeite sua identidade cultural.

No entanto, há um movimento crescente em direção a uma educação escolar indígena mais contextualizada. Isso envolve um currículo que integra, os conhecimentos tradicionais, práticas culturais e uma abordagem pedagógica que respeita a cosmovisão (maneira subjetiva de ver e entender o mundo) e a história dos Tapeba.

O povo Tapeba, e os demais povos indígenas, têm enfrentado desafios significativos em relação à educação. Historicamente, muitas comunidades indígenas enfrentaram políticas educacionais que não levavam em conta suas línguas, tradições e valores culturais, o que resultou na perda de identidade e na desvalorização de seus conhecimentos ancestrais. Além desses desafios históricos, os Tapeba enfrentam questões contemporâneas, como a integração das tecnologias digitais na educação, a globalização e a necessidade de uma educação que prepare as novas gerações para os desafios do século XXI, mantendo ao mesmo tempo suas raízes culturais.

A contextualização da educação escolar entre os Tapeba é um esforço para romper com os modelos educacionais tradicionais, reconhecendo a importância de uma abordagem que integre os saberes tradicionais e os conhecimentos acadêmicos. Isso não apenas fortalece a identidade cultural dos Tapeba, mas também oferece uma educação mais inclusiva, sensível à diversidade e capaz de preparar os estudantes para um mundo globalizado sem que precisem abandonar sua herança cultural.

Os Tapeba são uma etnia indígena que habita principalmente a região do município de Caucaia, no estado do Ceará. Em suma, a contextualização da Educação Escolar Indígena Tapeba é um convite à compreensão profunda da interseção entre história, cultura e educação, visando promover um ambiente educacional que respeite e fortaleça a singularidade dessa comunidade indígena. Para contextualizar a educação escolar indígena Tapeba, é importante abordar os seguintes pontos:

### 2.1.1. História e Identidade Tapeba

Os Tapeba são um povo indígena que habita terras do Município de Caucaia, no Estado do Ceará, e são produto de um processo histórico de individuação étnica de frações de diversas sociedades indígenas nativas reunidas na Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, Ceará.

Originários de quatro principais etnias: os Potiguaras, os Tremembé, os Cariris e os Jucás, onde o nome da tribo deriva do tupi-guarani, e representa uma variação fonética de itapeva (ita = "pedra" e peva = "plano" ou "chato", ou seja, "pedra chata" ou "pedra polida").

A história desse povo está intrinsecamente ligada à luta pela preservação de suas terras, tradições e identidade. Enfrentaram desafios significativos, como a perda de território, discriminação e a busca contínua pelo reconhecimento de sua identidade étnica e remonta à época pré-colonial, quando viviam na região que hoje é o Ceará. Com a chegada dos colonizadores portugueses, a vida dos indígenas foi profundamente afetada. Muitos foram escravizados, mortos ou expulsos de suas terras. Aqueles que sobreviveram foram assimilados à cultura dos colonizadores.

No entanto, ao longo dos séculos, os Tapeba conseguiram preservar aspectos de sua cultura, rituais religiosos e tradições. A retomada de sua identidade indígena ganhou força no século XX, com movimentos de resistência e mobilização pela demarcação de terras. Em 1987, a Terra Indígena Tapeba foi oficialmente reconhecida, garantindo um espaço para o povo Tapeba viver de acordo com suas tradições.

A identidade Tapeba é fortemente ligada à sua Cultura, crenças espirituais e práticas tradicionais. Além disso, a produção de artesanato, cerâmica e tecelagem desempenha um papel importante na preservação da cultura. E ainda hoje continuam a lutar por seus direitos, incluindo o acesso à educação, saúde e a proteção de suas terras.

Sua História e identidade são representativas das experiências de muitos povos indígenas no Brasil, que enfrentaram a colonização, a exploração e a perda de suas terras, mas que também demonstraram resiliência na preservação de suas culturas e na busca por seus direitos. É importante reconhecer e respeitar a diversidade e a riqueza das culturas indígenas no Brasil e em todo o mundo.

### 2.1.2. Políticas de Reconhecimento Indígena

As políticas de reconhecimento indígena referem-se a um conjunto de políticas governamentais e medidas legislativas que buscam reconhecer e proteger os direitos, a cultura e a identidade dos povos indígenas. Essas políticas são fundamentais para garantir a justiça social, a igualdade e o respeito pelos povos indígenas, considerando sua história de deslocamento, discriminação e desapropriação de terras.

O reconhecimento das terras indígenas é um pilar central dessas políticas. A demarcação e proteção dos territórios tradicionais é fundamental para a preservação das culturas e dos modos de vida desses povos. No entanto, a efetivação desse reconhecimento tem enfrentado obstáculos, como disputas territoriais, pressões econômicas e até mesmo mudanças legislativas que ameaçam a proteção dessas terras.

Alguns dos principais aspectos e ações envolvidos nas políticas de reconhecimento indígena incluem:

**Demarcação de Terras:** A demarcação de terras é um dos elementos mais cruciais das políticas de reconhecimento indígena. Isso envolve a identificação e a delimitação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, garantindo sua posse e controle sobre essas terras. A demarcação é fundamental para a preservação das culturas indígenas, para a proteção do meio ambiente e para a promoção da autossuficiência econômica.

**Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI):** O direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado é um princípio fundamental no reconhecimento dos direitos indígenas. Isso significa que os governos e outras partes interessadas devem consultar os povos indígenas antes de tomar decisões que afetem suas terras, recursos naturais ou modos de vida. O consentimento dos povos indígenas deve ser obtido antes de qualquer ação que possa impactá-los.

**Autonomia e Autogestão:** As políticas de reconhecimento indígena frequentemente promovem a autonomia e a autogestão dos povos indígenas em questões como educação, saúde, justiça e governança. Isso permite que eles determinem seus próprios caminhos de desenvolvimento, com base em suas tradições, línguas e valores.

**Preservação Cultural e Linguística:** O reconhecimento indígena envolve o apoio à preservação da cultura, língua, religião e tradições dos povos indígenas. Isso pode

incluir o financiamento de programas educacionais e culturais, bem como a promoção da pesquisa e documentação das culturas indígenas.

### **2.1.3. Território e Meio Ambiente do povo Tapeba**

O território e o meio ambiente do povo Tapeba, como o de muitos outros povos indígenas, desempenham um papel fundamental em sua cultura, sustento e identidade. Os Tapeba habitam a região nordeste do Brasil, especificamente no estado do Ceará. Abaixo estão alguns aspectos relacionados ao território e meio ambiente do povo Tapeba:

**Terras Indígenas:** As terras indígenas são fundamentais para a preservação da cultura e da identidade do povo Tapeba. A demarcação e a proteção dessas terras são uma prioridade para garantir a continuidade de suas tradições e práticas.

**Cerrado e Mata Atlântica:** A região onde vivem os Tapeba possui uma variedade de ecossistemas, incluindo áreas de cerrado e Mata Atlântica. Esses ambientes desempenham um papel importante na subsistência, fornecendo recursos naturais, alimentos, ervas medicinais e materiais para artesanato.

**Agricultura e Pesca:** A agricultura de subsistência e a pesca são atividades tradicionais do povo Tapeba. Eles cultivam uma variedade de culturas, como mandioca, milho, feijão e frutas, e praticam a pesca para sua subsistência.

**Conexão Cultural e Espiritual com a Terra:** Os Tapeba têm uma forte conexão cultural e espiritual com a terra e o meio ambiente. A relação com a natureza é central em suas práticas religiosas e rituais tradicionais.

A conexão cultural e espiritual com a terra é um elemento fundamental na identidade do povo Tapeba, representando uma ligação profunda com suas raízes, tradições e espiritualidade. Essa ligação transcende a mera relação de posse ou exploração da terra; é um vínculo que nutre a essência de sua existência e cosmovisão.

Para o povo Tapeba, a terra não é apenas um espaço geográfico, mas um espaço sagrado carregado de significado cultural e espiritual. Ela é um elemento vital na preservação de suas tradições, mitos, rituais e práticas cotidianas. A relação com a terra está intrinsecamente ligada à sua identidade, proporcionando uma base para a continuidade de suas crenças e modos de vida.

A espiritualidade Tapeba está profundamente enraizada na terra. Os ciclos naturais, os elementos e a biodiversidade são considerados sagrados, e a conexão com a natureza é parte integrante de suas práticas espirituais. A relação harmoniosa e de respeito com a terra é uma fonte de equilíbrio e sabedoria ancestral para o povo Tapeba.

Além disso, a terra é o palco de suas tradições culturais. Através dela, são transmitidos os conhecimentos tradicionais, como a medicina natural, a arte, a culinária típica e a forma de organização social. É nesse espaço que se preserva a língua, a música, as danças e os costumes que perpetuam a identidade cultural do povo Tapeba.

Contudo, essa conexão ancestral com a terra enfrenta desafios. A crescente pressão do desenvolvimento, a perda de territórios e a degradação ambiental ameaçam essa relação milenar. Preservar essa conexão cultural e espiritual com a terra torna-se não apenas uma questão de identidade, mas também de preservação de um legado valioso para as futuras gerações.

Em síntese, a ligação do povo Tapeba com a terra vai além de uma simples relação territorial. É a base de sua identidade, espiritualidade e preservação cultural. Valorizar e proteger essa conexão é essencial para a perpetuação da história e da riqueza cultural desse povo, além de ser crucial para o equilíbrio e a harmonia entre seres humanos e o meio ambiente.

**Desafios Ambientais:** Assim como muitos outros povos indígenas, os Tapeba enfrentam desafios ambientais, como a degradação do meio ambiente, a contaminação da água e a perda de recursos naturais devido ao desmatamento e ao desenvolvimento não sustentável nas áreas próximas às suas terras.

Para o povo Tapeba, a urgência na preservação do planeta não é apenas uma questão de sobrevivência física, mas uma necessidade vital para a proteção de suas tradições, cultura e espiritualidade. A ligação intrínseca entre a comunidade Tapeba e a terra, a natureza e os ciclos naturais estabelecem uma interdependência profunda, tornando a preservação do planeta uma prioridade inegociável.

A Terra é a base da identidade e das práticas espirituais do povo Tapeba. Os ciclos naturais, os elementos e a biodiversidade são considerados sagrados, sendo fonte de sabedoria ancestral, equilíbrio e ensinamentos espirituais. Portanto, qualquer dano ao meio ambiente é percebido como uma ameaça direta não apenas ao equilíbrio ecológico, mas também à integridade cultural e espiritual da comunidade.

Além disso, a preservação do planeta é crucial para a subsistência e sustento do povo Tapeba. A degradação ambiental, a perda de territórios e a escassez de recursos naturais impactam diretamente seu modo de vida, ameaçando práticas tradicionais, como agricultura sustentável, pesca e medicina natural, e comprometendo a segurança alimentar e a saúde da comunidade.

Portanto, a urgência na preservação do planeta para o povo Tapeba está intrinsecamente ligada à manutenção de suas tradições, à proteção de sua identidade cultural e espiritual, à sobrevivência de suas práticas ancestrais e à garantia de um futuro sustentável para as gerações vindouras.

Nesse sentido, ações de preservação ambiental, como a proteção de áreas naturais, o uso sustentável dos recursos, a promoção de práticas agrícolas tradicionais e a conscientização sobre a importância da conservação ambiental são fundamentais para atender às necessidades e à cosmovisão do povo Tapeba. A preservação do planeta não é apenas uma responsabilidade global, mas uma questão de respeito à história, cultura e espiritualidade de comunidades como a Tapeba, que dependem intimamente da integridade ecológica para prosperar.

**Lutas pela Demarcação de Terras:** As lutas pela demarcação e proteção das terras indígenas Tapeba são uma questão crucial para garantir a continuidade de sua cultura e a preservação de seu meio ambiente.

Apesar dos desafios, a luta pela demarcação das terras Tapeba tem sido persistente. A comunidade tem buscado reconhecimento legal e político de seus territórios, reivindicando seus direitos territoriais e defendendo a preservação de suas terras como um meio fundamental para a preservação de sua identidade cultural e garantia de seu futuro como povo.

A busca pela demarcação enfrentou desafios, incluindo a falta de reconhecimento histórico de seus territórios tradicionais, pressões econômicas sobre as terras indígenas e, em alguns casos, disputas territoriais que ameaçaram a integridade desses territórios. Essa luta é uma busca por justiça, autodeterminação e respeito aos direitos dos povos indígenas.

**Participação em Políticas Ambientais:** Os Tapeba e outras comunidades indígenas frequentemente participam de iniciativas e políticas relacionadas à conservação ambiental e à gestão de recursos naturais, contribuindo para a proteção do meio ambiente.

A preservação do território e do meio ambiente é vital para os Tapeba e para a manutenção de sua cultura e identidade. A proteção de suas terras indígenas, a promoção de práticas de uso sustentável dos recursos naturais e a participação ativa nas questões ambientais são elementos essenciais na busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação da cultura Tapeba e de outros povos indígenas.

#### **2.1.4. Situação Educacional Passada**

A situação educacional passada dos Tapeba, como a de muitos outros povos indígenas no Brasil, foi marcada por desafios e limitações significativas, principalmente devido à histórica marginalização e discriminação sofrida por essas comunidades.

Alguns dos principais aspectos relacionados à educação dos Tapeba no passado incluem, a Assimilação Cultural, imposta no período colonial e pós-colonial. Os povos indígenas, incluindo os Tapeba, foram submetidos a esse “desmantelo” cultural, isso envolveu a tentativa de suprimir suas línguas, crenças e práticas tradicionais em favor da cultura dominante dos colonizadores. A educação era frequentemente usada como uma ferramenta para essa assimilação.

Por conta dessa imposição, os Tapeba foram privados ao acesso à Educação Formal, onde as comunidades indígenas, muitas vezes, tinham acesso limitado ou inexistente à educação formal. Escolas eram escassas e distantes das aldeias indígenas, o que dificultava o acesso das crianças à educação.

Outros fatores que limitavam a Educação Escolar Indígena Tapeba foram: Deslocamento e Perda de Terras que resultou em deslocamentos forçados e na perda de suas conexões com o ambiente natural, que desempenha um papel fundamental em suas tradições e práticas educacionais.

A Falta de Recursos Educacionais nas Escolas indígenas como: materiais didáticos, infraestrutura e professores qualificados, tornando difícil a oferta de uma educação de qualidade e a desigualdade de Oportunidades: A falta de educação de qualidade contribuía para a perpetuação da desigualdade de oportunidades entre os Tapeba e a população não indígena.

Apesar desses desafios, as gerações passadas dos Tapeba demonstraram resiliência na preservação de sua cultura e conhecimentos tradicionais, transmitindo-os

oralmente às gerações mais jovens. A luta por direitos indígenas, incluindo o acesso à educação culturalmente apropriada, foi uma parte fundamental do movimento indígena no Brasil. No entanto, é importante reconhecer que os desafios na educação indígena ainda persistem em muitas comunidades, e o governo brasileiro, organizações não governamentais e a sociedade civil têm um papel fundamental a desempenhar na promoção de uma educação respeitosa à cultura e às necessidades específicas dos povos indígenas, como os Tapeba.

### **2.1.5. Legislação Indigenista Brasileira**

A legislação indigenista brasileira é composta por um conjunto de leis, decretos e políticas que regulam os direitos, a proteção e as relações dos povos indígenas do Brasil com o Estado e a sociedade em geral. A seguir, estão algumas das principais leis e marcos legais que compõem a legislação indigenista brasileira:

**Constituição de 1988:** A Constituição Federal de 1988 é um dos principais marcos legais que reconhecem e garantem os direitos dos povos indígenas no Brasil. Ela reconhece as terras indígenas como de posse permanente dos povos indígenas, protege sua cultura, língua e religião, e estabelece a obrigação do Estado de consultar e obter o consentimento prévio dos indígenas em questões que afetam seus direitos.

**Política Nacional de Educação Escolar Indígena (1993):** Essa política, implementada após a Constituição de 1988, estabelece diretrizes para a educação escolar indígena. Entre seus princípios estão o respeito à diversidade cultural, a valorização da língua e cultura indígenas, a participação das comunidades e a formação de professores indígenas.

**Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973):** O Estatuto do Índio é uma lei anterior à Constituição de 1988 e define direitos e deveres dos indígenas, além de regulamentar a tutela e a assistência às comunidades indígenas. Embora tenha sido revista em muitos aspectos após a Constituição de 1988, ainda tem relevância em algumas questões.

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996):** Essa lei estabelece princípios para a educação escolar indígena, incluindo a valorização das línguas maternas e culturas indígenas, além de estabelecer diretrizes para a formação de professores indígenas.

Política Nacional de Educação Escolar Indígena (Resolução CNE/CEB nº 3/1999): Essa resolução estabelece diretrizes para a educação escolar indígena e reconhece a importância da preservação da cultura e da língua indígena no processo educacional.

Demarcação de Terras Indígenas: A demarcação de terras indígenas é regulamentada por um conjunto de decretos e portarias, sendo o mais importante o Decreto nº 1.775/1996. A demarcação é fundamental para a proteção do território e dos direitos dos povos indígenas.

Convenção 169 da OIT: Embora não seja uma legislação nacional, o Brasil é signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece direitos e garantias específicos para os povos indígenas, incluindo a consulta prévia e informada.

Estabelecimento de Órgãos Indigenistas: O Brasil conta com órgãos governamentais, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), responsáveis por coordenar políticas e programas relacionados aos povos indígenas.

Decreto 6.040/2007: Estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecendo os povos indígenas como parte dessa política e enfatizando a importância de respeitar sua autonomia e autodeterminação.

Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Portaria MS/GM nº 2.982/2009): Essa política estabelece diretrizes para a atenção à saúde dos povos indígenas, reconhecendo suas especificidades culturais e territoriais.

Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014): Inclui metas específicas para a educação escolar indígena, visando à ampliação do acesso e à melhoria da qualidade do ensino nas comunidades indígenas.

Política de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Portaria MJ nº 419/2011): Define diretrizes para a gestão das terras indígenas, considerando a relação intrínseca entre a terra e a cultura indígena.

Lei 14.021/2020 (Lei de Emergência em Saúde Pública para enfrentamento da pandemia de COVID-19): Esta lei reconheceu a necessidade de medidas especiais de proteção aos povos indígenas durante a pandemia de COVID-19, incluindo o fornecimento de recursos, a garantia de acesso à saúde e medidas de segurança sanitária.

Portaria Funai nº 419/2020: Estabeleceu procedimentos para a realização de consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas no âmbito da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para projetos e atividades que afetem seus direitos.

Essa legislação indigenista reflete os avanços nos direitos dos povos indígenas no Brasil, mas também enfrenta desafios na implementação e no cumprimento de seus princípios. A luta contínua dos povos indígenas e de defensores dos direitos humanos visa garantir que essas leis sejam plenamente respeitadas e que os direitos dos indígenas sejam efetivamente protegidos.

## **2.2. Educação Escolar Indígena**

A Educação Escolar Indígena é um sistema educacional voltado para as comunidades indígenas no Brasil e em outros países que visa respeitar e valorizar suas línguas, culturas e tradições.

Ela reconhece a importância de uma abordagem culturalmente sensível na educação, com o objetivo de garantir que os povos indígenas possam receber uma educação de qualidade que esteja alinhada com sua identidade.

Essa modalidade de educação tem como pilares a valorização da língua materna, a inclusão dos saberes tradicionais no currículo, o respeito à cosmovisão e às práticas culturais dos povos indígenas. Busca-se, assim, proporcionar um ensino que esteja alinhado com a realidade e os valores dessas comunidades.

Além disso, essa educação busca promover a participação ativa das comunidades indígenas. Os currículos, a seleção de professores e a gestão das escolas são frequentemente conduzidos em conjunto com os líderes e membros das comunidades.

A formação de professores é outro ponto crucial. Profissionais que trabalham nessas escolas recebem capacitação específica para atuar em um ambiente intercultural, compreendendo e respeitando a cultura e a realidade das comunidades indígenas.

A educação escolar indígena não se restringe apenas à transmissão de conteúdos, mas valoriza a participação ativa das comunidades, dos anciãos e dos líderes nas decisões educacionais. Além disso, promove a formação de professores indíge-

nas, que compreendam e respeitem a cultura, língua e tradições de suas comunidades, desempenhando um papel fundamental na transmissão de conhecimentos e no fortalecimento da identidade cultural.

Essa modalidade de educação é uma ferramenta essencial na preservação da identidade étnica, no fortalecimento da autoestima dos estudantes indígenas e na promoção de uma educação que integre os saberes tradicionais com os conhecimentos acadêmicos, preparando os alunos para um mundo globalizado sem que precisem abrir mão de sua herança cultural.

### **2.2.1. História da educação indígena no Brasil**

A história da educação indígena no Brasil é marcada por um longo processo de resistência, luta por direitos e desafios significativos. Ao longo dos séculos, houve diferentes abordagens governamentais em relação à educação dos povos indígenas, refletindo uma evolução nas políticas e percepções em relação a essas comunidades. Abaixo, está um resumo da história da educação indígena no Brasil.

Durante o período colonial, a educação dos povos indígenas foi fortemente influenciada pelas missões religiosas, principalmente pelos jesuítas. As missões buscaram converter os indígenas ao cristianismo e proporcionar alguma instrução religiosa e educação em português.

Após a independência do Brasil em 1822, a educação indígena continuou a ser dominada por instituições religiosas, e a influência missionária persistiu. A educação formal permaneceu inacessível para a maioria das comunidades indígenas. Durante grande parte do século XX, o governo brasileiro, com o objetivo de "integrar" os povos indígenas à sociedade brasileira, incorporava novos costumes e sua "forma de educar". Isso muitas vezes resultou em abusos, remoções forçadas e perda de terras. A educação formal nas aldeias indígenas frequentemente carecia de recursos e currículos culturalmente relevantes.

A Constituição de 1988 trouxe mudanças significativas para os direitos indígenas no Brasil. Ela reconheceu as terras indígenas como propriedade permanente dos povos indígenas e estabeleceu diretrizes para a educação indígena.

Essa constituição marcou o início de um novo enfoque na educação, mais respeitoso em relação à cultura e língua indígenas. A partir da década de 1990, o

governo brasileiro implementou a Política de Educação Escolar Indígena. Essa política reconheceu a importância da educação bilíngue (nas línguas indígenas e no português), do respeito à cultura e à autonomia dos povos indígenas na gestão de suas escolas.

A história da educação indígena no Brasil reflete a evolução nas políticas e percepções em relação aos direitos e à cultura dos povos indígenas. Embora tenham ocorrido avanços significativos, a garantia de uma educação de qualidade e culturalmente relevante para os povos indígenas continua sendo um desafio contínuo.

A luta pela preservação da cultura e identidade indígena por meio da educação está intrinsecamente ligada à luta por direitos indígenas mais amplos no país.

### **2.2.2. Características da educação escolar indígena**

A educação escolar indígena é uma forma de ensino que visa atender às necessidades específicas das comunidades indígenas, respeitando suas culturas, línguas, tradições e cosmovisões. Ela é projetada para promover a inclusão, a preservação da identidade e a valorização das culturas indígenas.

As características da educação escolar indígena incluem o bilinguismo e multiculturalismo deve-se ressaltar, aqui que a educação escolar indígena frequentemente é bilíngue, oferecendo instrução nas línguas indígenas locais e no idioma oficial do país (por exemplo, o português no Brasil). Isso ajuda a preservar a língua e a cultura indígenas e a facilitar a comunicação com a sociedade nacional.

Os currículos das Escolas Indígenas são adaptados para incluir conteúdo que seja culturalmente relevante para as comunidades indígenas. Isso pode envolver a incorporação de histórias, conhecimentos tradicionais, práticas espirituais e valores indígenas. A participação das Comunidades na gestão das escolas indígenas é uma característica bastante relevante, pois isso garante que as comunidades tenham voz na tomada de decisões educacionais e no desenvolvimento de currículos.

A educação indígena reconhece e respeita a cosmovisão e as crenças espirituais das comunidades indígenas. Isso inclui a consideração dos ciclos da natureza, rituais e práticas tradicionais, além disso, as Escolas Indígenas valorizam a Tradição Oral. A transmissão de conhecimentos ocorre frequentemente por meio da tradição oral, com líderes e anciãos desempenhando papéis importantes como

mestres. A Inclusão de Saberes Tradicionais que frequentemente incluem habilidades de agricultura, medicina tradicional, arte e artesanato, são valorizados e frequentemente incorporados à educação formal.

A relação com a terra e o meio ambiente, é outra característica que desempenha um papel importante na educação indígena. Em sua cosmovisão, as comunidades indígenas veem a terra como parte intrínseca de sua cultura e espiritualidade. Há, também, um grande Respeito à Diversidade. A educação indígena reconhece a diversidade de culturas dentro das próprias comunidades indígenas. Cada grupo é único em sua língua, tradições e história.

Por fim, uma característica que possui uma grande importância para a qualidade e continuidade da Educação Escolar Indígena, é a Formação de Professores Indígenas. A capacitação de professores indígenas é uma prioridade para a educação escolar indígena, permitindo que membros das comunidades atuem como educadores e líderes em suas próprias escolas.

Apesar das políticas voltadas para a educação indígena, muitas comunidades ainda enfrentam desafios, como a falta de recursos, a distância das escolas, o preconceito e a discriminação. A luta por uma educação de qualidade que respeite a cultura indígena continua.

### **2.3. Educação Escolar Indígena Tapeba**

Assim como em outras comunidades indígenas, a Educação Escolar Indígena Tapeba visa garantir que os jovens Tapeba tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite sua cultura, língua e tradições, respeitando suas raízes culturais, ao mesmo tempo em que os prepara para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

Ela desempenha um papel vital na luta pela justiça, equidade e respeito aos direitos dos povos indígenas. Além do mais, é um instrumento de preservação cultural, transmissão de saberes ancestrais e formação de cidadãos que possam transitar entre os conhecimentos tradicionais e a sociedade contemporânea, garantindo a continuidade e a valorização da identidade e cultura desse povo. Isso inclui a transmissão de conhecimentos sobre a história, práticas culturais, tradições, medicina natural e outras manifestações culturais relevantes para a comunidade Tapeba.

A participação da comunidade é um aspecto chave desse sistema educacional. As decisões sobre currículos, seleção de professores e gestão das escolas geralmente envolvem os membros da comunidade, valorizando sua participação ativa e respeitando suas tradições.

Essa educação busca garantir não apenas o acesso ao conhecimento acadêmico, mas também o fortalecimento da identidade cultural e a valorização dos saberes tradicionais do povo Tapeba. É um instrumento essencial na preservação da cultura, na promoção da inclusão e no respeito aos direitos e à autonomia dessas comunidades indígenas.

### **2.3.1. Situação da Educação Escolar Indígena Tapeba**

A situação da educação escolar indígena Tapeba, assim como a de muitas outras comunidades indígenas no Brasil, tem sido marcada por desafios e avanços.

Os Tapeba têm buscado uma educação que respeite sua cultura, língua e tradições, mas ainda enfrentam obstáculos significativos. Alguns dos principais aspectos da situação da educação escolar indígena Tapeba incluem:

**Escolas indígenas,** que são espaços destinados à educação que leva em consideração a cultura Tapeba. Essas escolas buscam proporcionar um ambiente mais acolhedor e relevante para os estudantes indígenas.

**Currículo Culturalmente Relevante.** O currículo é adaptado para incluir conteúdo que seja culturalmente relevante para os Tapeba. Isso pode envolver a inclusão de histórias, práticas tradicionais e conhecimentos indígenas.

**Participação das Comunidades.** As comunidades Tapeba frequentemente participam da gestão das escolas, contribuindo para as decisões educacionais e para o desenvolvimento de currículos que atendam às suas necessidades.

A falta de infraestrutura adequada, como estradas, eletricidade e internet, pode ser um desafio para a educação.

Os conflitos relacionados à demarcação de terras indígenas é uma situação é um fator sempre presente, pois ainda, podem afetar as comunidades Tapeba. A segurança das terras é fundamental para a estabilidade das escolas e da própria comunidade.

Resistir e lutar é um ato contínuo, que apesar dos desafios, as comunidades Tapeba têm demonstrado resiliência e determinação na busca por uma educação que respeite sua identidade e cultura. A luta por direitos e pela melhoria da educação continua.

É importante ressaltar que a situação da educação escolar indígena varia de comunidade para comunidade e é influenciada por fatores como localização geográfica, recursos disponíveis, políticas governamentais e a mobilização das próprias comunidades. O reconhecimento e o respeito à diversidade cultural e aos direitos dos povos indígenas são fundamentais para a promoção de uma educação de qualidade que atenda às necessidades específicas dos Tapeba e de outras comunidades indígenas no Brasil.

### 2.3.2. Desafios e Avanços da Educação Escolar Tapeba

Os desafios e avanços da educação escolar Tapeba refletem a complexidade de proporcionar uma educação de qualidade que seja culturalmente sensível às necessidades e tradições desse grupo indígena específico.

Um dos principais desafios é a preservação da cultura Tapeba. A educação escolar indígena enfrenta o desafio de manter e transmitir rituais, tradições e conhecimentos culturais específicos dos Tapeba, garantindo que não sejam perdidos com o tempo. Outro desafio é a falta de recursos educacionais adequados, como materiais didáticos e infraestrutura, um desafio significativo para a educação Tapeba. Muitas vezes, as escolas indígenas enfrentam carências financeiras que afetam a qualidade do ensino.

A formação de professores qualificados que compreendam a cultura e as necessidades dos Tapeba é um grande desafio, pois é fundamental que os educadores sejam sensíveis a diversidade cultural e possam oferecer uma educação que respeite e valorize as tradições locais.

Por último temos, outro, grande desafio: As políticas educacionais do governo. As políticas públicas voltadas para a Educação Escolar Indígena nem sempre são adequadas para atender às necessidades específicas dos povos indígenas. Pode haver, também, desafios relacionados à adaptação de currículos e métodos de ensino.

Agora vamos falar sobre os avanços, e iniciaremos com o reconhecimento legal dos Tapeba como um grupo étnico indígena e a demarcação de terras que têm sido avanços significativos. Isso fortalece a identidade e os direitos dos Tapeba, incluindo o direito à educação indígena. Em segundo citaremos a criação e construção de Escolas Indígenas voltadas especificamente para atender às necessidades dos Tapeba, pois estas, buscam promover uma educação de qualidade e culturalmente relevante.

Houve, também, um grande avanço no que diz respeito ao reconhecimento e confiança da sociedade na Educação ofertada pelas Escolas Indígenas do povo Tapeba.

Por fim temos dois avanços significativos: A participação ativa da comunidade Tapeba na educação, isso envolve a colaboração de líderes, pais, anciãos e membros

da comunidade na tomada de decisões e no desenvolvimento de programas educacionais e as redes de apoio: Parcerias com organizações indigenistas, ONGs e instituições de ensino superior têm contribuído para a melhoria da educação escolar Tapeba.

#### **2.4. O Início de uma Educação Específica e Diferenciada do Povo Tapeba**

No ano de 1990 as comunidades indígenas Tapeba: Trilho e Lagoa dos Tapeba, diante dos constantes atos de preconceitos e discriminações sofridos pelos alunos indígenas nas escolas convencionais, que se localizavam no entorno de nossas aldeias resolvemos instituir um modelo de Escola Comunitária Indígena, com um formato diferenciado, sendo o ensino voltado especificamente para as crianças de nossas comunidades.

O surgimento de uma educação específica e diferenciada para o povo Tapeba reflete a necessidade de preservar e fortalecer a identidade cultural, os conhecimentos tradicionais e a língua desse grupo étnico. Esse movimento é uma resposta à compreensão da importância de uma educação que vá além dos modelos convencionais, valorizando e integrando a cosmovisão e as tradições desse povo.

O ensino específico e diferenciado para os Tapeba provê a valorização da língua materna, o resgate de práticas culturais, o reconhecimento e a transmissão de conhecimentos tradicionais. Isso se traduz em um currículo que integra saberes ancestrais, incentivando o protagonismo da comunidade na definição dos conteúdos e métodos de ensino.

Surge, então, a Educação Diferenciada do Povo Tapeba, a Escola dos Índios Tapeba iniciou seus Trabalhos debaixo de um cajueiro e a Escola do Trilho, debaixo de uma mangueira.

Assim o currículo de nossa escola poderia a partir do cotidiano de nossa comunidade, refletir a real necessidade de aprendizagem dos alunos, se adequando ao contexto local. Assim, além das disciplinas que compõem a base curricular comum (Ex: português Matemática, Geografia, etc.), nossa escola incluiu algumas disciplinas específicas para o nosso povo, pelo significado importante que essas disciplinas têm para a sustentabilidade de nossas comunidades, como: Arte indígena, História Tapeba e cultura indígena.

Além dessas disciplinas a escola também pensou em temas transversais que de forma estrutural e didático-pedagógico, fortalecendo nossa cultura como: meio ambiente, medicina tradicional, atividades de subsistência, etc

#### **2.4.1. Projeto Piloto: A Escola Índios Tapeba**

Como citado anteriormente, a Escola dos índios Tapeba, como era chamada, iniciou suas atividades debaixo de um cajueiro, essa tarefa árdua ficou a cargo da Professora Rita de Cássia (Sinhá) funcionando ali por dois anos.

A escola surgiu para desempenhar um papel fundamental na preservação cultural, no fortalecimento da identidade étnica e na formação de cidadãos que poderiam transitar entre os saberes tradicionais e as demandas da sociedade contemporânea. A instituição foi vital para a promoção de uma educação mais inclusiva, respeitosa e culturalmente sensível.

Buscando proporcionar um ambiente educativo que respeitasse e incorporasse a visão de mundo do povo Tapeba, a Escola surge como um importante meio de transição educacional onde pudesse abordar os conteúdos curriculares de maneira contextualizada e relevante para a realidade dos estudantes. Isso inclui, o resgate de práticas culturais e a valorização dos conhecimentos transmitidos pela tradição.

A escola, que por muitos anos funcionou sem reconhecimento e os alunos sem registros no censo, não dispunha de recursos financeiros, materiais e humanos para garantir o seu pleno funcionamento. Tais materiais eram imprescindíveis para que houvesse condições mínimas de operação da nossa escola, proporcionando uma dignidade maior ao nosso público. O material didático utilizado na escola era doado por escolas que visitavam nossa aldeia ou quando dona Raimundinha, liderança Tapeba, conseguia folhas amareladas que usavam como cadernos e lápis, que por muitas vezes eram quebrados ao meio para dividir entre os alunos. Por falta de estrutura, nas épocas chuvosas a escola era paralisada até que o período de chuva cessasse. Nessas mesmas condições de materiais funcionou por mais de três anos num pequeno galpão de taipa construído pela comunidade.

Com risco de desmoronamento, no ano de 1996 a escola é transferida para a casa da professora Rita de Cássia Cruz do Nascimento (Sinhá Tapeba), pioneira dessa escola, ali funcionou um ano letivo. Com a disponibilização de dois cômodos

da pequena casa do Sr. Anselmo do Nascimento, agricultor indígena de nossa aldeia, a escola já em expansão funcionou nesse espaço por mais 03 anos. Logo após a finalização de um projeto de plantas medicinais, que gerou a construção de um galpão, a comunidade resolveu cedê-lo para que ali a escola pudesse funcionar.

O galpão tinha apenas uma sala de aula, num espaço aberto, uma cozinha de aproximadamente 1,5m x 2,0m e um kit sanitário (banheiro) construído pela (Fundação Nacional de Saúde) FUNASA, que dava suporte a todos os alunos e funcionários da escola. Foi exatamente nesse espaço que a escola funcionou 07 anos, com o crescimento de matrículas se superando a cada ano. Todas as dificuldades enfrentadas serviram ainda mais para fortalecer a luta por uma educação escolar indígena de qualidade.

Através da firmação de convênio entre o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Educação Básica – SEDUC, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Departamento de Edificação Rodovias e Transportes – DERT e Banco Mundial – BIRD, fomos contemplados com a construção da 1ª (primeira) das 12 escolas previstas no referido convênio. O padrão arquitetônico do prédio escolar construído, baseou-se nos resultados dos trabalhos produzidos pelos professores indígenas no Curso de Formação para Professores Indígenas do Ceará e arquitetado pelo arquiteto da FUNAI.

O formato da escola, retrata valores de nosso povo em sua arquitetura. O formato do prédio visto de cima retrata um modelo de um cocar. O prédio tem estrutura semicircular. Em seu centro foi construído um círculo simbólico para realização dos nossos rituais e atividades tradicionais, valorizando a importância do círculo para nosso povo.

O prédio, na parte administrativa, conta com uma sala para a secretaria, 01 sala de professores, 01 sala de informática, 01 almoxarifado, 01 sala de leitura. 10 Salas de aula, uma quadra coberta e mais 01 refeitório, cozinha e dispensa, além de 02 banheiros individuais (01 masculino e 01 feminino), 01 banheiro individual na sala dos professores e 04 banheiros coletivos (02 masculinos e 02 femininos). No prédio, há ainda uma área livre de aproximadamente 150 metros quadrados. Outros espaços importantes, que utilizamos no dia a dia da escola para atividades educativas de campo são: Uma área coletiva de plantio de aproximadamente 800 metros quadrados, o terreiro sagrado dos Pau-Branco para as questões culturais e espirituais, as matas, a Lagoa dos Tapeba, o Riacho Tapeba, o Campo de Futebol da Aldeia e as pedreiras.

A escola Indígena Índios Tapeba foi a primeira escola indígena do Ceará a ter o Ensino Médio. Essa conquista é um marco significativo na história educacional dos povos indígenas no Ceará. A implementação do Ensino Médio na Escola Indígena Índios Tapeba não apenas representa um avanço na oferta de educação para essa comunidade, mas também é um reconhecimento da importância de proporcionar um ensino mais abrangente e completo, alinhado às necessidades e demandas dos estudantes indígenas.

### **3. CONCLUSÃO**

A Educação Escolar Indígena Tapeba, como evidenciada ao longo deste trabalho, representa uma luta contínua e valiosa por uma educação que seja culturalmente relevante e que respeite a identidade e os direitos da comunidade Tapeba. O contexto e a história dessa educação diferenciada oferecem lições importantes sobre a importância da preservação da cultura e língua indígenas, bem como sobre os desafios enfrentados e os avanços alcançados.

A história dos Tapeba e de outros povos indígenas do Brasil é marcada por séculos de resistência e resiliência diante das pressões do processo de colonização e assimilação cultural. A educação desempenha um papel crucial na preservação e revitalização das tradições culturais, bem como na promoção da autonomia e identidade das comunidades indígenas.

Neste contexto, a Educação Escolar Indígena Tapeba se destaca por sua ênfase em um currículo culturalmente relevante, na valorização da língua e cultura Tapeba e na participação ativa da comunidade na gestão educacional. Isso reflete o compromisso da comunidade Tapeba em fortalecer sua identidade e garantir que as gerações futuras tenham acesso a uma educação que respeite suas raízes culturais.

No entanto, também é importante reconhecer que a educação indígena, incluindo a dos Tapeba, enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos, infraestrutura inadequada e questões socioeconômicas que afetam o acesso e a qualidade da educação. Esses desafios demonstram a importância contínua de políticas e investimentos que promovam a igualdade de oportunidades educacionais para todas as comunidades indígenas.

Em conclusão, a Educação Escolar Indígena Tapeba é um exemplo inspirador de como a educação pode ser uma ferramenta poderosa para a preservação da cultura e identidade indígena. Ela destaca a importância do respeito aos direitos das comunidades indígenas e da valorização de suas contribuições únicas para a sociedade.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção n. 169. 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>

Assembleia Geral da ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A).

RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999 - Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências.

[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf)

LEI nº 11.645, de 10 de março de 2008 - Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena".

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm).

DECRETO nº 6.861, de 27 de maio de 2009 - Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm)

RESOLUÇÃO nº 382/2003 - Dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CEE nº 447/2013 - Altera dispositivos da Resolução CEC nº 382/2003, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências.

<http://www.cee.ce.gov.br/legislacao/resolucoes>.

DECRETO nº 31.057, de 22 de novembro de 2012 - Redenomina as Escolas Indígenas constantes da Estrutura Organizacional da Secretaria da Educação do Estado do Ceará e dá outras providências.

<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20121127/do20121127p01.pdf>

NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008.

AIRES, Joubert Max Maranhão Piorsky. A escola entre os índios Tapeba: o currículo num contexto de etnogênese. Fortaleza: UFCE, 2000. 165 p. (Dissertação de Mestrado)

ALMEIDA, Geraldo Gustavo de. Perna de Pau. In: HERÓIS indígenas do Brasil: memórias sinceras de uma raça. Rio de Janeiro: Cátedra, 1988. p. 103.

ALMEIDA, Rita Heloisa de. Relatório de viagem ao município de Caucaia, Ceará. Brasília: CTI/SG/MIRAD, 1986. 51 p.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Economia Tapeba: atividades econômicas e suas formas de organização. Rio de Janeiro: Peti, 1987. (paper)

Os índios Tapebas. In: CORDEIRO, José. Os índios no Siará: massacre e resistência. Fortaleza: Hoje/Assessoria em Educação, 1989. p. 191-3

A invenção multilocalizada da tradição: os tapebas de Caucaia. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 96, p. 103-11, 1997.

Tapebas, tapebanos e pernas-de-pau: etnogênese como processo social e luta simbólica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. 692 p. (Dissertação de Mestrado)

Tapebas, tapebanos e pernas-de-pau de Caucaia, Ceará: da etnogênese como processo social e luta simbólica. Brasília: UnB, 1994. 32 p. (Série Antropologia, 165)

CORDEIRO, José. Os índios no Siará: massacre e resistência. Fortaleza: Hoje/Assessoria em Educação, 1989. 272 p.

GOMES, Jussara Vieira. Breve informação sobre os índios do município de Caucaia, Estado do Ceará. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1985.

<https://ds.saudeindigena.iciict.fiocruz.br/bitstream/bvs/7182/2/640416812.pdf>

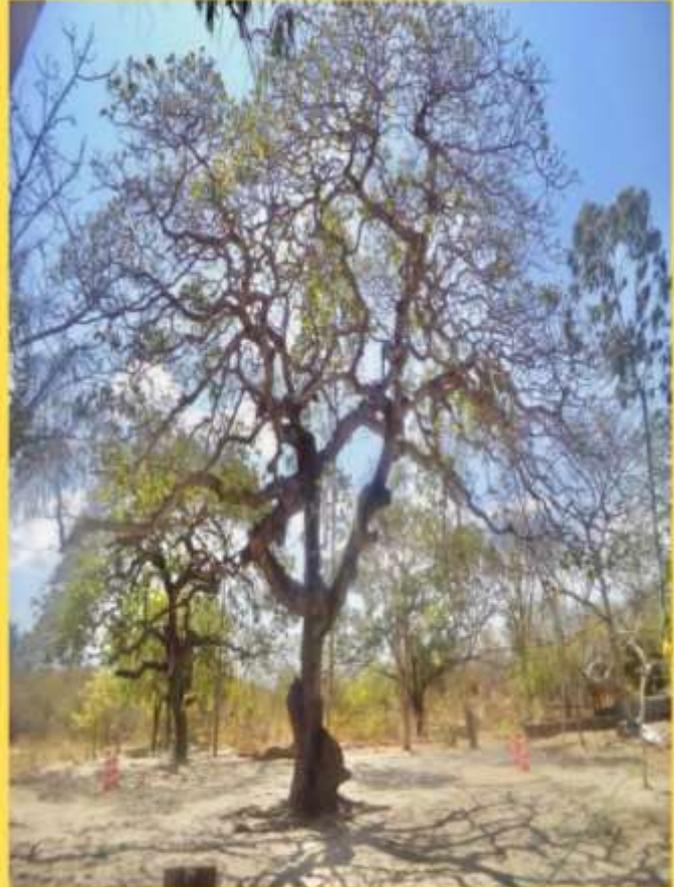
[Escola Índios Tapeba: História da Escola Índios Tapeba \(escolaindiostapeba.blogspot.com\)](http://escolaindiostapeba.blogspot.com)

## 5. ANEXOS

### 1. Aqui se iniciou a Educação Escolar Indígena da Escola Índios Tapeba

#### ORIGEM

- 1990- LAGOA DOS TAPEBA;
- MODELO DE ESCOLA COMUNITÁRIA;
- FUNCIONOU EMBAIXO DE UM CAJUEIRO POR 2 ANOS;



Cajueiro- primeiro local onde  
nossa escola funcionou

## 2. Rita de Cássia (Sinhá)

### Rita de Cássia Cruz do Nascimento

- Pioneira da Escola Indígena Índios Tapeba;
- A Escola funcionou em sua casa por um ano;



### 3. Sr Anselmo um amigo da Escola

- **Espaço cedido pelo Sr. Anselmo, agricultor indígena de nossa aldeia;**
- **Funcionou nesse espaço por três anos;**



#### 4. Galpão: Um projeto... Uma Escola...

- Galpão onde a escola funcionou durante 7 anos;
- À cada ano crescia o número de matrículas;
- Com apenas uma sala, um espaço aberto, uma cozinha de aproximadamente 1,5m x 2,0m e um banheiro;



## 5. Escola Indígena Índios Tapeba: Um Sonho Realizado



### Nossa Escola hoje



- O formato de nossa escola retrata valores do nosso povo em sua arquitetura;

- O formato do prédio visto de cima, retrata o modelo de um cocar;



## 6. Dona Raimundinha: Sonhava em ver as “crianças tudo formadas”



## 7. Áudios de Dona Raimundinha

[WhatsApp Audio 2023-11-18 at 21.48.34.mp3](#)

[WhatsApp Audio 2023-11-18 at 21.50.20.mp3](#)

[WhatsApp Audio 2023-11-18 at 21.50.21.mp3](#)

## 8. Primeiros Professores da escola Indígena Índios Tapeba



**Leidiane Tapeba**



**Weibe Tapeba**